

EDUCAÇÃO POPULAR EM MOVIMENTOS SOCIAIS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS EMANCIPATÓRIAS

BATISTA, Maria do Socorro Xavier – UFPB

GT: Educação Popular / n.06

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Os movimentos sociais como lócus da Educação Popular

Neste ensaio pretende-se analisar a contribuição da educação popular vivenciada nos movimentos sociais na constituição de uma pedagogia formadora de seres humanos com capacidade crítica e emancipadora e destacar as dimensões da educação nos movimentos sociais. Ele resulta de um projeto de pesquisa que busca analisar a educação popular vivenciada nos movimentos sociais e as lutas por educação. O texto foi estruturado nos seguintes tópicos: Os movimentos sociais como lócus da Educação Popular; Educação Popular em movimentos sociais: práticas educativas emancipadoras; A liberdade e a autonomia como fundamentos da Educação popular e conclusões.

A educação como uma ação social que busca formar seres humanos, produzir, transmitir e preservar os conhecimentos, a cultura, os jeitos de pensar, sentir e agir de uma sociedade faz parte da história da humanidade. Cada povo, em cada contexto histórico, encontra seus meios e fins para educar os indivíduos que convivem numa dada sociedade.

Na modernidade, na sociedade industrial capitalista – que se caracteriza por ser cindida em classes, pela existência de pobres e ricos, pelas diferenças entre aqueles que têm e os que não têm a riqueza nem acesso aos bens econômicos e culturais, pela predominância do poder econômico e político – a educação assumiu um formato oficial predominante na instituição escolar e foi pensada em seu conteúdo e em seu fazer para atender aos interesses das classes e grupos hegemônicos. Muito embora tenha sido, como política social e como direito de cidadania, resultante das contradições e lutas das classes populares, a educação lhes foi historicamente negada, complementando um quadro de exclusão e negação de cidadania que atinge a grandes contingentes desses setores da população.

Assim, evidencia-se que a educação tem uma essência política como uma de suas características fundantes. Da disputa de projetos e concepções de sociedade e de educação

nasce no Brasil, no final da década de 1950 e início de 1960, uma outra concepção e prática de educação, voltada para as classes populares, que passou a ser chamada por seus protagonistas de Educação Popular. Tecida inicialmente fora dos muros escolares, como movimento de Cultura Popular, nos círculos de cultura, como uma ação cultural, um processo de educação na rua, na “periferia”, nos bairros, na praça, nos Centros de Cultura popular, nas associações de moradores, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), nos movimentos sociais, buscando romper uma cultura do silêncio de opressão. Depois, a partir da década de 1980, ela invadiu a escola pública, em várias experiências, em diversos municípios e escolas, seja como política pública, seja como prática educativa experienciada por professores adeptos dessa concepção de educação.

A educação popular se compõe de uma teoria educacional e de múltiplas práticas pedagógicas. Ao longo de sua história tem assumido características e concepções distintas. Ela tem suas origens, na América Latina, nas lutas populares contra a opressão, as desigualdades e a exclusão social e educacional. Na arena política onde se expressam os conflitos e se reivindicam direitos através de ações coletivas forjam-se saberes e práticas educativas.

A educação popular tem-se constituído num paradigma educativo que tem bases teóricas, epistemológicas, filosóficas, ontológicas, metodológicas e práticas distintas e diversificadas daquela vivenciada na educação escolar e representa uma das maiores contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal (GADOTTI, 1998). Destaca-se três dimensões da educação popular vivenciada nos movimentos sociais: 1) As lutas populares que buscam conquistar educação escolar pública; 2) As experiências, os processos e propostas de educação popular desenvolvidos pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil; e 3) o Caráter educativo e pedagógico da participação nos movimentos sociais.

Movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem numa esfera sociocultural, onde sujeitos coletivos interagem, criam espaços de solidariedade, praticam uma cidadania em processo, vivenciam práticas educativas que propiciam múltiplas aprendizagens, reivindicam direitos e que buscam mudar a sociedade em que vivem. Eles são, como salienta Camacho (1987, p. 217),

uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de

modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevalecente, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social.

Um movimento social pode se configurar como movimento antagonista (Melucci, 2001, p. 42) que é uma ação coletiva portadora de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade. Luta contra o modo pelo qual os recursos são produzidos e coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento.

Ao longo da história os movimentos sociais no Brasil vêm lutando para conquistar direitos humanos, sociais, civis e políticos, serviços coletivos. Há lutas por questões de gênero, de etnias, em que se buscam reconhecimento e afirmação das identidades culturais, o respeito às diferenças e alteridade. Ressaltam-se também os movimentos pacifistas e ecológicos. Mais recentemente, a partir da década de 1990, entram em evidência os movimentos de âmbito mundial que questionam a barbárie do capitalismo global e neoliberal que retrocedeu os avanços e as conquistas que as lutas sociais dos séculos XIX e XX alcançaram, remetendo as lutas do século XXI que se inicia, aos temas de então, como o direito à vida, à cidadania civil social e política, que é o movimento antiglobalização. Como salienta Batista (2003, p. 7).

Os movimentos sociais contra a globalização questionam a lógica capitalista e neoliberal, predatória da natureza e do ser humano. Querem tornar os indivíduos sujeitos e centro de preocupação do desenvolvimento. Afirmam a necessidade de que todas as forças sociais progressistas se unifiquem e trabalhem como parceiros na criação de um outro mundo mais solidário, mais humano. Figuram na cena política mundial como uma rede de atores sociais que aglutina milhares grupos, movimentos, ONG.

Como salienta León (2000: 1), “*surge indómita la fuerza de los movimientos de resistencia, creación y propuesta que, desde diversas visiones, se afanan en desconstruir viejos preceptos y reconstruir símbolos, discursos y prácticas, para trazar la pauta de una solidaridad globalizada*”.

Os movimentos populares, os movimentos de cultura popular no Brasil propiciaram uma educação contra-hegemônica, uma educação oriunda dos povos oprimidos, preocupada com seus interesses, suas perspectivas de sociedade, na qual eles sejam sujeitos e cidadãos. Ou seja, é uma educação que tem uma identidade com as

chamadas classes populares, com seus interesses, suas culturas, tem um compromisso político com a história dessas classes e setores subalternos e com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade na perspectiva desses setores.

Educação Popular em movimentos sociais: práticas educativas emancipadoras

A educação nos movimentos sociais abrange desde a chamada educação informal, que são as práticas educativas, as aprendizagens que ocorrem no processo de participação nos eventos, nas estratégias de organização e de lutas, até as experiências de educação formal que são implementadas pelas comunidades e nos assentamentos da reforma agrária. Um dos movimentos sociais que tem concepções, projetos e propostas mais consistentes é o MST.¹ Ele compreende a educação como um processo amplo que ocorre nas práticas cotidianas do movimento.

Para nós a Educação acontece em processo, desde a participação das crianças, das mulheres, da juventude, dos idosos, construindo novas relações e consciências, até a participação nas marchas, assembleias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações, reunir-se para aprender e ensinar o alfabeto, e mais que isso, o ato de ler e escrever a realidade e a vida.

As ações sociais vivenciadas nos movimentos sociais propiciam novos espaços de política, para além daqueles institucionalizados, possibilita uma interação dialógica dos sujeitos eles se constituem sujeitos sociais. Caldart (2002, p. 2) destaca essa dimensão educativa no movimento do MST. “Os Sem Terra se educam, quer dizer, se humanizam e se formam como sujeitos sociais, no próprio movimento da luta que diretamente desencadeiam”.

Os movimentos propiciam o encontro de diferentes sujeitos com diferentes identidades possibilitando uma conjugação de elementos comuns que possibilitam a construção de identidades coletivas comuns, a partir das experiências vividas conjuntamente, com o respeito às diferenças, e as multiculturas.

Ressalta-se a importância dos movimentos como instituintes de práticas educativas que constroem novas sociabilidades, que buscam e afirmam a cidadania para os setores

¹ Ver em O MST e a Educação. In: www.mst.org.br.

excluídos da sociedade capitalista no Brasil. A realidade tem revelado uma ampla e diversificada teia de experiências de educação popular, empreendidas pelas ações coletivas dos movimentos na cidade e no campo.

Entendemos que a educação vivenciada nos movimentos sociais caracteriza-se por ser um processo de produção, apropriação e partilha de experiências e conhecimentos sobre a realidade social, política, econômica, cultural e ontológica. Nos movimentos e nas lutas empreendidas pelos setores das classes populares são vivenciadas processos educativos e propostas de educação, destacando-se as experiências de educação popular em ONGs, associações comunitárias, centros de cultura popular, as práticas de economia solidária em associações, cooperativas, feiras, e as propostas e programas de Educação dos Movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que se vivenciam relações sociais de solidariedade, de ajuda mútua, de cooperação, tendo como preocupação maior a formação de seres humanos em todas as suas dimensões, caracterizando-se assim uma educação omnilateral.

Salienta-se a dimensão educativa da participação nos movimentos sociais que proporciona várias experiências sócio-educativas, que constituem a dimensão pedagógica do movimento, que em seus procedimentos e rituais desenvolvem uma didática que compõe uma pedagogia comunitária, que nasce da ação dialógica dos sujeitos. As denominações de práticas educativas, educação popular, educação não formal, constituem expressões utilizadas para falar das aprendizagens que a participação política nos movimentos propicia com suas múltiplas dimensões: políticas, culturais, subjetivas, simbólicas, afetivas, que proporcionam novas matrizes discursivas para a educação.

Entendemos a educação, as relações, os saberes vivenciados nos movimentos como uma educação popular, de acordo com o entendimento de Calado (1998, p. 2) “*como uma perspectiva, uma metodologia, uma ferramenta de apreensão/compreensão, interpretação e intervenção propositiva, de produção e reinvenção de novas relações sociais e humanas*”. Esse fazer educativo é diferente daquele vivenciado na educação formal onde sujeitos distintos e diferentes são polarizados numa relação verticalizada, em que um sabe e ensina e o outro não sabe e aprende. Relação de poder própria da versão liberal tradicional da pedagogia adotada pela escola. Essa educação popular caracteriza-se como educação da

rua, da polis, do sujeito, que constrói o cidadão coletivamente, numa arena cotidiana de lutas em que se constrói e se conquista uma cidadania com múltiplas dimensões.

Nessas práticas educativas ressaltam-se aspectos políticos como a contestação e a resistência ao modelo de sociedade e de história, ao qual os movimentos se contrapõem quando questionam o *modo de ser* da sociedade capitalista atual e a cultura de dominação, a mercantilização da vida em todos os espaços que ela reproduz e consolida. A Educa(a)ção popular nos movimentos sociais mostra que é possível mudar, que há possibilidade de no presente se construir uma nova sociedade com novas relações sociais e novos sujeitos coletivos que se pautem em relações de solidariedade, igualdade, de respeito, coletividade, alteridade, como destaca Caldart (2000, p. 8).

Quando nos assentamentos os Sem Terra buscam construir novas relações sociais de trabalho, e novos formatos para a vida em comunidades do campo, afirmam uma cultura centrada no bem-estar da coletividade, e se contrapõem, portanto, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista”.

Portanto, na arena política onde se expressam os conflitos e se reivindicam direitos através de ações coletivas forjam-se saberes e práticas educativas. Os movimentos sociais evidenciam uma produção de conhecimentos que são gerados sobre a realidade em suas múltiplas determinações, matizados pelos vários prismas dos saberes: científico, do senso comum, ideológico, permeados pelas culturas populares. São saberes construídos socialmente, coletivamente, em que se entrecruzam a riqueza dos conhecimentos, saberes experiências, sentidos das culturas populares, silenciadas, negadas, vividas no cotidiano, nas estratégias de sobrevivência e de trabalho ou reificadas em artefatos e nas tradições, conhecimentos ou crenças populares expressas em provérbios, contos ou canções.

Evidencia-se a dimensão sociológica e ontológica das experiências do cotidiano dos movimentos sociais onde se constroem novas relações sociais com base na cooperação, na solidariedade, na cidadania, formando novos sujeitos que reconstroem as concepções e práticas que se formaram e foram introjetadas, fundadas nos valores hegemônicos vigentes numa sociedade permeada pelas relações de poder entre dominantes e dominados, onde o individualismo, a competição estão presentes e são a marca da sociabilidade.

A educação popular promove a cidadania, emancipação humana, uma cultura democrática e solidária e norteia-se pela liberdade, para além da liberdade da ideologia

liberal/neoliberal. Ela se apresenta como construção coletiva de resistência, de enfrentamento às imposições das políticas educativas oficiais e como negação da negação ao direito à educação.

Ela possibilita o diálogo de saberes populares, da cultura popular com os saberes/conhecimentos produzidos e sistematizados socialmente; que se orientam pelas necessidades dos setores populares visando incorporá-los à sociedade, como seres humanos por inteiro. Ela utiliza várias linguagens – lúdicas, artísticas, teatrais, poéticas, científicas, imagéticas. São saberes de uma epistemologia que une ação-reflexão. Saberes que resultam em uma práxis transformadora. É uma educação ontológica, posto que parte da experiência dos seres que refletem sua experiência de vida, muitas vezes oprimida, para propiciar um ser humano que faz uma nova história, transformando sua realidade.

A liberdade e a autonomia como fundamentos da Educação popular

Um dos pensadores pioneiros e maior inspirador dessa visão de educação foi o educador Paulo Freire². A contribuição do pensamento e da prática educativa dele para a educação popular é um marco não só no Brasil, mas na América Latina e no mundo. Os fundamentos teóricos, filosóficos, antropológicos, ontológicos, metodológicos desse pensador são a essência de toda a educação popular que se vem fazendo.

A concepção libertadora de educação proposta por Freire evidencia o papel da educação na construção de um novo projeto histórico, fundamenta-se numa teoria do conhecimento que parte da prática concreta na construção do saber e o educando como sujeito do conhecimento e compreende a alfabetização não apenas como um processo lógico, intelectual, também como um processo profundamente afetivo e social (GADOTTI, 1998, p. 02).

² Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife, Pernambuco/Brasil. Foi professor da Universidade Federal da Pernambuco. Desenvolveu uma teoria, uma epistemologia, uma metodologia que fundamentam a Educação Popular. Destacam-se entre suas obras: Educação como prática da liberdade (1967); Pedagogia do oprimido (1968); Cartas à Guiné-Bissau (1975); Pedagogia da esperança (1992); À sombra desta mangueira (1995); Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa, de 1997

Freire (1997, p. 37) destacou a educação como ato político, que toma partido pelo oprimido, questionou e redefiniu a prática docente autoritária, defendendo a educação como instrumento libertário, onde os sujeitos se descobrem e produzem em comunhão.

A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade. A impossibilidade de ser neutra não tem nada que ver com a arbitrária imposição, que faz o educador autoritário, a seus educandos, de suas opções.

Freire acreditava no poder transformador e construtor da história dos seres humanos e atribuía à educação um papel importante para redimir os oprimidos da situação de opressão, defendendo a educação como instrumento de libertação. A *Pedagogia do oprimido* é aquela que busca a libertação dos seres humanos oprimidos, e para tanto eles têm que ser parte ativa desse processo. Ele afirma (1984, p. 32) que a educação

tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará.

Na visão freireana a educação é um processo humanizador e histórico que deve proporcionar uma práxis transformadora para libertar os homens e mulheres da situação de submissão que a sociedade capitalista lhes impõe. Freire afirma (1984, p. 44)

a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação.

Freire (1984, p. 51), entendia o processo de exploração e a opressão daí resultante como resultado da materialidade das relações sociais de produção e atribuía um papel importante à educação como instrumento na superação da situação de opressão impingida pela luta de classes que proporciona a dominação e a alienação.

Talvez se pense que, ao fazermos defesa deste encontro dos homens no mundo para transformá-lo, que é o diálogo, estejamos caindo numa ingênua atitude, num idealismo subjetivista. Não há nada, contudo, de mais concreto e real do que os homens no mundo e com o mundo. Os

homens com os homens, como também alguns homens contra os homens, enquanto classes que oprimem e classes oprimidas.

A educação popular de inspiração Freireana privilegia o diálogo como princípio pedagógico, a liberdade e a autonomia, como objetivos para a formação humana. Os conhecimentos têm como ponto de partida o oprimido e seu mundo, sua cultura. Nos movimentos sociais predominam as práticas educativas libertadoras, são ações culturais dialógicas que têm o oprimido e seu mundo, sua cultura como pontos de partida para extrojeção da cultura dominante em busca de uma consciência crítica, da liberdade, da formação humana numa perspectiva de igualdade, liberdade, solidariedade, diferente das práticas educativas bancárias dominadoras, silenciadoras, subordinadoras presentes na lógica das relações dominantes. No entrecruzamento do conhecimento da vida com o conhecimento sistematizado a Educação popular pode possibilitar um desvelamento da realidade vivida. Como salienta Freire (1985, p, 78-0):

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar e de narrar, ou de transmitir “ conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes à maneira da educação “bancária, mas um ato “cognoscente”. [...] Educação problematizadora consiste de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade.

Freire (1983, p 49) ressalta a capacidade da Educação Popular contribuir para a formação humana emancipadora. Ele destaca o homem como ser no tempo, como sujeito histórico e cultural, que além de conhecer o mundo transforma-o. *“Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da história e o da cultura”*. Esse mesmo autor (1983, p 67) afirma que a educação deve ser crítica e *“corajosa, propor ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre sua responsabilidade, sobre seu papel no clima da sociedade em transição”*. Uma das marcas distintivas das idéias de Freire é o diálogo como elemento da gênese do ser humano, das relações sociais, dos processos de educação e formação, de identidade e de alteridade. O diálogo proporciona uma aprendizagem ativa, comunicante e está sempre presente nas práticas dos movimentos sociais.

Destacariamos ainda o chamamento que Freire faz à educaçao no sentido de que ela se volte para a responsabilidade social e política, recusando posições quietistas, para a necessidade de ela desenvolver a criticidade, que segundo Freire (1983, p. 69) “*implica a apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, sua integração. Resulta de trabalho pedagógico crítico apoiado em condições históricas propícias*”. Esses elementos contribuiriam para o desenvolvimento de uma tomada de consciência dos indivíduos e para a sua participação ativa, transformadora e responsável na sociedade, processo alimentado pela esperança, pelo sonho pela utopia, como aponta Freire (2001, p.25).

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa.

Arroyo (2002, p.2) destaca a educação popular como elemento de promoção humana e salienta os paradigmas educativos e pedagógicos devem ser radicais ao “colocar o ser humano como problema pedagógico”. Ele também salienta que uma teoria pedagógica deve privilegiar o ser humano se constituindo como humano.

O fazer-se humano comporta espaços e dimensões múltiplas, faz-se num aprendizado contínuo e coletivo e os movimentos sociais representam espaços privilegiados de vivências para construir novas sociabilidades e novos seres humanos que se constituem como sujeitos culturais, sociais, éticos, coletivos, espaciais, históricos, afetivos, políticos, cidadãos.

Pode-se afirmar que os processos sociais e pedagógicos resultantes da experiência tecidas e compartilhadas nos movimentos sociais proporcionam um fazer-se humano autopoietico (MATURANA e VARELA,1995, p. 262), que proporciona um constante processo de auto-criação de humanos, de saberes de experiências, conhecimentos, possibilitam a autonomia e a liberdade dos sujeitos.

Se sabemos que nosso mundo é sempre o mundo que construímos com outros, toda vez que nos encontramos em contradição ou oposição a outro ser humano com que desejamos conviver, nossa atitude não poderá ser a de

reafirmar o que vemos do nosso próprio ponto de vista e, sim, a de considerar que nosso ponto de vista é resultado de um acoplamento estrutural dentro de um domínio experiencial tão válido como o de nosso oponente, ainda que o dele nos pareça menos desejável. Caberá, portanto, buscar uma perspectiva mais abrangente, de um domínio experiencial em que o outro também tenha lugar e no qual possamos, com ele, construir um mundo.

A educação popular vivenciada nos movimentos sociais proporciona processos educativos e de produção de saberes entre pessoas que comungam de objetivos e identidades comuns, mediados por práticas organizativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo. As variadas formas e linguagens utilizadas como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral e todos os recursos utilizados formam uma rica contribuição para as concepções de educação. As estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, contribuem como elementos metodológicos para uma educação política, para a identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania.

Conclusões

Muito embora a Educação Popular tenha assumido diversos significados e formatos tem sido alimentada por princípios filosóficos, sociológicos, ontológicos e epistemológicos que ressaltam a emancipação, a liberdade, o empoderamento das classes e dos setores oprimidos, excluídos. Busca evidenciar e afirmar a cidadania como direito de todas e todos. Apresenta-se como uma práxis política-pedagógica que dá voz pelo diálogo, como instrumento de libertação, de afirmação de culturas silenciadas e negadas, possibilita construção de saberes, de novos modos e metodologias no processo de construção de uma sociedade democrática, humana, ética e fraterna.

Esse processo de formação humana nascido das experiências das ações dos movimentos sociais pode fornecer contribuições no âmbito da pedagogia para a educação escolar, na perspectiva de contribuir para superar os processos e práticas educativas “bancárias” como dizia Freire, e novas perspectivas em relação à assimilação/produção de conhecimentos. Pois, diferentemente da escola nos movimentos sociais o processo de apreensão/construção do conhecimento se dá pela relação objetiva e intersubjetiva que resulta em saberes socialmente construídos e ressignificados. Na escola se impõe um

conhecimento – o científico – como predominante, a base e o objetivo principal da educação, mas inspirada nos movimentos sociais ela pode potencializar a expressão de uma construção, vivência de conhecimentos que reflitam a criação coletiva dos desejos e utopias de uma comunidade dos aprendizes/ensinantes.

Se a escola incorporar a idéia de que o processo de ensinar é o mesmo do aprender, e que não é um ato unilateral de alguém que ensina/deposita conhecimentos desligados da realidade de quem aprende, ela pode fazer do currículo um processo que faz parte da vida de quem aprende se alimentando na fonte das experiências, dos modos de viver e de pensar dos sujeitos resultantes da aprendizagem que ocorre em suas experiências de vida, das relações sociais enriquecidas atribuindo novos significados aos conhecimentos sistematizados, possibilitando sujeitos cognoscentes construtores de novos conhecimentos que para eles sejam instrumento de mudança, de inclusão, de novas sociabilidades.

Referências

ARROYO, Miguel González. A atualidade da educação popular. Revista de Educação Pública on-line, v. 011, nº 019, Jan-Jun, 2002. Disponível em: http://www.ufmt.br/revista/edicoes_antiores.htm. Acesso em 25/04/2003.

BATISTA, M. DO SOCORRO XAVIER. **Os desafios dos movimentos sociais frente à globalização**. In: Anais do XVI Encontro de Pesquisa em Educação do Norte e Nordeste - EPENN, no GT Educação e Movimentos Sociais, realizado em Aracajú/Se, em junho de 2003.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação popular nos movimentos sociais no campo: potencializando a relação macro-micro no cotidiano como espaço de exercício da cidadania**. 21 Reunião Anual Da ANPED. Caxambu, 1998.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 23ª reunião anual 24 a 28 de setembro de 2000, Caxambu, MG. Disponível em <http://www.anped.org.br/1408t.htm>, acesso em 16, mar. 2002.

CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: IN SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (Org). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo. Brasiliense. 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5^a ed. São Paulo: Cortez. 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.23).

GADOTTI, Moacir. **Para chegar lá juntos e em tempo**: Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. 21 Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 1998.

MATURANA, H. R.; VARELA, V. G. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: PSY II, 1995.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.